

A interpretação de enunciados pressuposicionais por adultos com autismo¹

The interpretation of presuppositional utterances by adults with autism

Brendha Portela²

Diogo Pinheiro³

Priscila Starosky⁴

Tatiana Bagetti⁵

Resumo: Inserindo-se no debate acerca da relação entre pragmática e autismo, este estudo investiga como autistas adultos lidam com estruturas que contêm gatilhos de pressuposição. Em primeiro lugar, hipotetizamos que pessoas com autismo enfrentam mais dificuldades na compreensão desses enunciados do que pessoas neurotípicas. Em segundo lugar, a partir da análise semântico-pragmática da Construção de Contraexpectativa com Bem (CCB), hipotetizamos que existe um novo tipo de pressuposição, chamado pressuposição de expectativa. Segundo nossa proposta, haveria diferenças de processamento entre a pressuposição de expectativa e a pressuposição de conhecimento, de modo que a primeira seria mais desafiadora, em termos de interpretação. Para testar essas hipóteses, realizou-se um experimento psicolinguístico com participantes autistas e neurotípicos. O experimento envolveu dois tipos de gatilhos de pressuposição: a CCB (exemplo de disparador de pressuposição de expectativa) e verbos de mudança de estado (VME; exemplo de disparador de pressuposição de conhecimento). Os resultados validaram nossa primeira hipótese, indicando que pessoas com autismo apresentam atipicidades na compreensão de sentenças pressuposicionais, em comparação com indivíduos neurotípicos. A segunda hipótese, no entanto, não se confirmou, uma vez que os dados revelaram maior dificuldade de processamento em enunciados com VME do que com a CCB – o que, embora vá de encontro com a previsão inicial, ainda nos permite defender a proposta acerca da existência da pressuposição de expectativa.

Palavras-chave: Pressuposição. Autismo. Pragmática. Experimento psicolinguístico.

Abstract: Inserting itself in the literature about the relationship between pragmatics and autism, this study investigates how autistic adults deal with structures containing presupposition triggers. First, we hypothesize that individuals with autism face more difficulties in comprehending these utterances compared to neurotypical individuals. Secondly, based on the semantic-pragmatic analysis of the Counter-expectation Construction with Bem (CCB), we hypothesize the existence of a new type of presupposition, called expectation presupposition. According to our proposal, there would be processing differences between expectation presupposition and knowledge presupposition, with the former being more challenging in terms of interpretation. To test these hypotheses, a psycholinguistic experiment was conducted with autistic and neurotypical participants. The experiment involved two types of presupposition triggers: CCB (an example of expectation presupposition trigger) and change of state verbs (CSV; an example of knowledge presupposition trigger). The results confirmed our first

¹ Esta pesquisa recebeu financiamento da CAPES e da FAPERJ.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Linguística, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: brendhaportela@letras.ufrj.br

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Linguística, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: diogopinheiro@letras.ufrj.br

⁴ Universidade Federal Fluminense, Departamento de Formação Específica em Fonoaudiologia da Universidade Federal Fluminense, Instituto de Saúde de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: priscilastarosky@id.uff.br

⁵ Universidade Federal Fluminense, Departamento de Formação Específica em Fonoaudiologia da Universidade Federal Fluminense, Instituto de Saúde de Nova Friburgo, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: tatianabagetti@id.uff.br

hypothesis, indicating that autistic individuals show atypicalities in understanding presuppositional sentences compared to neurotypical individuals. However, the second hypothesis was not confirmed, as the data revealed greater processing difficulties in statements with CSV than with the CCB – which, although contrary to the initial prediction, still allows us to support the proposal regarding the existence of expectation.

Keywords: Presupposition. Autism. Pragmatics. Psycholinguistic experiment.

Introdução

As características mais recorrentes do Transtorno do Espectro Autista (TEA) envolvem atipicidades no comportamento, no desenvolvimento da linguagem verbal e não verbal, bem como propensão a interesses restritos, padrões repetitivos, dificuldades em reciprocidade social e na manutenção das relações sociais (American Psychiatric Association, 2014; Serbai; Priotto, 2021; Bagetti et al., 2023). Esses padrões têm sido diretamente associados a questões no desenvolvimento de Teoria da Mente (ToM), tendo em vista as dificuldades apresentadas por esses indivíduos em representar, inferir e atribuir estados mentais – isto é, em compreender desejos, crenças e intenções (Baron-Cohen; Leslie; Frith, 1985; Baron-Cohen, 1989; Happé, 2005). Essas características são evidenciadas mesmo na adolescência, quando questões na comunicação social e comportamentos repetitivos continuam sendo atribuídos a imitações relacionadas à ToM (Jones et al., 2018).

Uma vez que essas habilidades são particularmente importantes para a interpretação de significados implícitos, muitos estudos têm focalizado o processamento de linguagem figurada, especialmente de metáforas e metonímias (Mousinho, 2003; MacKay; Shaw, 2004; Gold; Faust; Goldstein, 2010; Rundblad; Annaz, 2010), por parte de pessoas autistas. Como essas pesquisas têm mostrado, indivíduos com TEA, quando comparados com pessoas neurotípicas, tendem a enfrentar maiores desafios para interpretar diversos tipos de sentenças que envolvem linguagem figurada – habilidade diretamente afetada pelas questões de desenvolvimento da ToM, uma vez que a capacidade de reconhecer estados mentais está estreitamente ligada à compreensão de significados implícitos.

Ao mesmo tempo, porém, uma análise da literatura revela alguma escassez quanto à investigação do uso e compreensão, por autistas, principalmente adultos (Scalcon; Cordeiro; Marcolino-Galli, 2024; Santos et al., 2024; Nalin et al., 2022; Duarte; Ribeiro; Nazaré, 2024), de enunciados que envolvam o fenômeno pragmático da pressuposição. Com efeito, estudos como Cheung et al. (2017; 2020) e An et al. (2020), que investigaram a compreensão de disparadores de pressuposição por parte de crianças autistas, são ainda hoje exceções dignas de nota. Diante disso, e com a justificativa principal de contribuir para a redução dessa lacuna, o primeiro objetivo deste estudo é *verificar empiricamente como se dá a interpretação de enunciados pressuposicionais por parte de pessoas com TEA*.

Se é verdade que a pressuposição ainda não é um fenômeno inteiramente bem compreendido no que diz respeito ao seu processamento, também é verdade que ela segue impondo desafios de natureza teórica.

Lambrecht define a pressuposição pragmática como o conjunto de proposições evocadas por elementos léxico-gramaticais em uma sentença, que o falante assume que o interlocutor já conheça no momento de sua enunciação, de modo que *conhecer* uma proposição significa *ter construída sua representação mental* (Lambrecht, 1994). Nessa discussão, o autor ainda propõe que a pressuposição pode ser dividida em três tipos: pressuposição de conhecimento, pressuposição de consciência e pressuposição de relevância/topicalidade.

No entanto, existem motivos para suspeitar que essa tipologia não dê conta de todos os tipos possíveis de pressuposição. Essa suspeita parte da análise semântico-pragmática de uma construção gramatical específica do português brasileiro, chamada Construção de Contraexpectativa com Bem (CCB), desenvolvida e testada experimentalmente (Pinheiro, Sousa, Portela, 2024). Ao propor uma análise para a CCB, os autores tratam essa construção como um *disparador de pressuposição negativa*, argumentando que ela tem a função de marcar gramaticalmente a ciência do falante de que seu ouvinte *não esperava* ouvir o que foi proferido. Embora os autores do experimento não sugiram explicitamente a existência de um novo *tipo de pressuposição*, é possível observar essa sugestão a partir da função pragmática proposta para a construção descrita – especificamente, uma função que pressupõe a realização cálculos mentais por parte do falante acerca do que seu interlocutor *espera* ou não ouvir. Com base nesse estudo, este trabalho persegue ainda um segundo objetivo: *contribuir para o reconhecimento de um novo tipo ou subtípico de pressuposição, aqui chamado de pressuposição de expectativa, de modo a potencialmente enriquecer a tipologia proposta por Lambrecht (1994)*.

Em resumo, este artigo se propõe a cumprir dois objetivos: de um lado, investigar a compreensão de sentenças pressuposicionais por pessoas autistas; de outro, ampliar a tipologia de pressuposições apresentada em Lambrecht (1994). Em relação a cada um desses objetivos, nossas hipóteses são, respectivamente, as seguintes: (i) *a de que indivíduos com TEA apresentam mais dificuldades em interpretar os construtos pressuposicionais do que indivíduos neurotípicos*; e (ii) *a de que há um tipo de pressuposição diferente daqueles já detalhados por Lambrecht, chamado aqui de pressuposição de expectativa*.

A fim de testar essas duas hipóteses simultaneamente, foi desenvolvido um experimento envolvendo dois tipos de sentenças pressuposicionais: (i) estruturas com verbos de mudança de estado (VME), tipicamente reconhecidos pela literatura em pragmática como disparadores de pressuposição, conforme exemplificado por (1); e (ii) instâncias da CCB,

como visto em (2), recentemente estabelecida como um disparador de pressuposição experimentalmente (Pinheiro; Sousa; Portela, 2024):

- (1) O Ronaldo parou de fumar.
- (2) A Larissa bem comeu salada ontem.

Embora não existam, até onde sabemos, estudos sociolinguísticos ou dialetológicos sobre a CCB, evidências anedóticas sugerem que esse emprego específico do item “bem” não comparece em todas as variedades do PB. Sendo assim, todas as afirmações feitas aqui acerca dessa construção (como, por exemplo, a proposta de que ela funciona como um disparador de pressuposição negativo) se aplicam, naturalmente, apenas às variedades – ou gramáticas individuais – nas quais ela é efetivamente encontrada.

Em termos de estrutura informacional, há, em ambos os exemplos, uma pressuposição evocada e uma asserção veiculada. Em (1), em que o disparador empregado é um VME, a pressuposição evocada – a proposição já conhecida pelo interlocutor – é a de que Ronaldo fumava, ao passo que a asserção veiculada – a proposição que contém uma informação nova – é a de que Ronaldo parou de fumar. Em (2), o disparador empregado é a CCB, caracterizado como um disparador de pressuposição negativa. Assim, em (2), a CCB é usada porque o falante assume que seu interlocutor não esperava ouvir que a Larissa tivesse comido salada no dia anterior. A pressuposição evocada, nesse caso, é a de que Larissa não comeu salada, ao passo que a asserção veiculada é exatamente oposta: Larissa, na verdade, comeu salada.

Para alcançar os objetivos traçados, avaliamos empiricamente a maneira como pessoas com TEA e pessoas neurotípicas interpretam os dois tipos de sentenças pressuposicionais apontadas acima. Desse modo, acreditamos que, se de fato houver diferença significativa de processamento entre as duas populações estudadas e entre os dois tipos de disparadores de pressuposição focalizados, haverá evidências promissoras que apontem para (i) o fato de que pessoas com TEA têm dificuldades no processamento de pressuposições e (ii) a existência de um tipo de pressuposição ainda não contemplado pela literatura. Assim, além de auxiliar na construção de um quadro mais completo acerca das diferenças comunicativas apresentadas por falantes com autismo, este trabalho poderá apresentar uma contribuição teórica para os estudos sobre Estrutura Informacional.

Este artigo está organizado como segue. Na segunda seção, apresentaremos (i) as noções de pressuposição e asserção, (ii) uma breve descrição semântico-pragmática da CCB e (iii) a proposta acerca da existência do que chamamos de pressuposição de expectativa. Em seguida, descreveremos os procedimentos metodológicos realizados. Na sequência, serão apresentados os resultados obtidos e as contribuições teóricas que podem ser

oferecidas a partir deles. Por fim, sintetizaremos os resultados aqui obtidos e evidenciaremos as contribuições oferecidas por esta pesquisa.

A pressuposição de expectativa

O ponto de partida do arcabouço construído por Knud Lambrecht (1994) é a noção de *informação proposicional*. Para Lambrecht, ao produzir um enunciado, o falante é capaz de alterar o conjunto de conhecimentos que seu ouvinte já possui, e, consequentemente, sua representação mental da realidade. Para o autor, essa representação é gerada a partir de um conjunto de proposições, de modo que conhecer uma proposição significa ter sua representação mental construída – e não conhecer seu estatuto de verdade (ou seja, saber se a informação veiculada é verdadeira ou falsa).

Segundo Lambrecht, a informação transmitida por um enunciado é uma combinação de proposições conhecidas e desconhecidas pelo ouvinte, as quais são referidas, respectivamente, como *asserções* e *pressuposições*. De maneira mais sistemática, uma *asserção* é definida como uma proposição “da qual se espera que o ouvinte tome conhecimento como resultado de escutar a sentença proferida” (Lambrecht, 1994, p. 52, tradução nossa). Em contrapartida, a *pressuposição* pode ser entendida como uma proposição léxico-gramaticalmente evocada, a qual o ouvinte “já conhece ou está pronto para pressupor no momento em que a sentença é proferida” (Lambrecht, 1994, p. 52, tradução nossa).

A título de exemplo, consideremos “Consegui consertar o problema que deu no meu celular”. A essa sentença podem ser associadas, pelo menos, as seguintes proposições: (i) o fato de que o falante tem um celular, (ii) o fato de que aconteceu algum problema com esse aparelho em um momento anterior à enunciação e (iii) o fato de que o falante conseguiu resolver esse problema. As duas primeiras proposições correspondem a informações que, além de serem tomadas como já conhecidas pelo ouvinte, são evocadas por meio de marcas formais específicas (respectivamente, o determinante definido “o problema” e a estrutura relativa); tais proposições são chamadas de *pressuposições*. Já a última proposição, a de que o falante conseguiu resolver o problema, corresponde à informação nova fornecida pela sentença proferida – e é, então, referida como uma *asserção*.

Neste ponto, é importante chamar a atenção para o fato de que uma *asserção* não é apenas uma proposição que se apresenta como inédita para o interlocutor – na verdade, trata-se de uma *proposição pragmaticamente estruturada*. Em outras palavras, a *asserção* reflete determinadas assunções feitas pelo falante sobre o estado mental de seu interlocutor no momento da enunciação, marcando gramaticalmente aquilo que já é supostamente conhecido e aquilo que se assume ser novidade (Lambrecht, 1994). Em termos pragmáticos, isso significa que a realização de uma *asserção* implica a existência de uma *relação intersubjetiva*

entre os interlocutores, já que ela reflete um cálculo feito pelo falante acerca do estado mental corrente de seu interlocutor.

Por fim, ressalte-se que o arcabouço lambrechtiano reconhece a existência de três tipos de pressuposições, a saber: a) pressuposição de conhecimento; b) pressuposição de consciência; e c) pressuposição de relevância/topicalidade. De acordo com a proposta do autor, o primeiro tipo consiste no conjunto de proposições léxico-gramaticalmente evocadas em uma sentença que o falante assume que seu ouvinte já sabe/conhece. Para entender melhor o que o autor propõe, tomemos como exemplo “O Anderson achou a carteira”: o falante, ao proferir essa frase, pressupõe que seu interlocutor *sabe* que Anderson tinha perdido a carteira em algum momento anterior à enunciação. Por esse motivo, Lambrecht assume que, em casos como esse, estamos diante da *pressuposição de conhecimento*.

O segundo tipo de pressuposição, por sua vez, envolve aquilo que o falante assume que esteja ativo na mente/consciência do ouvinte no momento da enunciação. Para melhor ilustrar essa definição, vejamos o diálogo:

(3) Milena: O Anderson perdeu a carteira de novo.

Eduarda: Ah, ele só não perde a cabeça porque está grudada no pescoço.

À primeira vista, a resposta de Eduarda à informação dada por Milena pode parecer não conter nada de especial. No entanto, o pronome pessoal “ele” evoca a assunção, por parte do falante, de que seu interlocutor já tem construída a representação mental do referente de “ele” no momento em que a sentença é proferida (o que é uma suposição razoável, dado que esse referente acabara de ser evocado por meio do SN “O Anderson”). Nesse caso, dizemos que a pressuposição evocada pelo pronome “ele” é uma *pressuposição de consciência*.

Por fim, a pressuposição de relevância/topicalidade diz respeito ao que o falante assume que seu ouvinte está tomando como tópico corrente do discurso no momento em que determinada sentença é proferida. Voltamos, novamente, a (3): “ele só não perde a cabeça porque está grudada no pescoço” evoca não somente a pressuposição de que o interlocutor tem, naquele momento, uma representação mental ativa do indivíduo particular a que se refere o pronome “ele” (pressuposição de consciência), mas também a pressuposição de que tal indivíduo é tido pelo interlocutor como o tópico do discurso – em outras palavras, a proposição expressa por essa sentença é contextualmente construída de maneira a estabelecer uma informação relevante a respeito desse indivíduo. Por isso, Lambrecht reconhece esses casos como exemplos de *pressuposição de relevância/topicalidade*.

Do ponto de vista teórico, argumentamos que a análise da CCB representa um desafio para o tratamento lambrechtiano do fenômeno da pressuposição. À luz do que foi descrito

acima, é possível assumir que uma sentença como “A Larissa bem comeu salada ontem” evoca implicitamente a proposição *A Larissa não comeu salada*. Portanto, diferentemente do que ocorre com uma sentença do tipo “O Anderson achou a carteira”, o emprego da CCB não se ancora na suposição de que o interlocutor *tem a informação de que Larissa não comeu a salada*. Em vez disso, ele se ancora na *suposição* de que o interlocutor *acredita que a Larissa não deve ter comido a salada*. Ou seja, o emprego pragmaticamente bem-sucedido da CCB requer que o falante atribua ao ouvinte não um *conhecimento efetivo/concreto*, e sim uma *suposição*⁶.

No que concerne ao tratamento lambrechtiano da pressuposição, o problema gerado pela CCB é o fato de que o tipo de informação implicitamente evocado por essa construção não corresponde ao tipo de proposição que, na linguagem ordinária, nós tenderíamos a formular como complemento do verbo “to know” (saber/conhecer). Isto é, na linguagem ordinária, não diríamos, no caso da proposição evocada implicitamente por (2), que o interlocutor *sabe* que Larissa não comeu salada – em vez disso, tenderíamos a preferir a formulação com verbos como “acreditar” ou “supor”. Consequentemente, em uma interpretação estrita (mas bastante plausível) do verbo “to know”, empregado por Lambrecht na definição de *pressuposição de conhecimento*, a informação disparada por (2) não consistiria em uma pressuposição de conhecimento.

Outra possibilidade, claro, é a de que o verbo “to know” seja interpretado de forma ampla o suficiente para abranger não apenas o conhecimento efetivo/concreto, mas também suposições (nesse caso, estaríamos nos afastando do sentido ordinário desse verbo). Sob essa leitura, a informação implícita evocada por (2) poderia ser tratada como um exemplo de pressuposição de conhecimento. Aqui, porém, o problema teórico seria outro: nesse caso, estaríamos diante de uma definição que, sendo excessivamente ampla, obscureceria a distinção entre conhecimento efetivo/concreto (alto grau de certeza epistêmica) e suposição (grau relativamente baixo de certeza epistêmica).

A fim de evitar qualquer um desses problemas, propomos neste artigo a existência de um novo (sub)tipo de pressuposição: a *pressuposição de expectativa*, aqui definida como o *conjunto de proposições léxico-gramaticalmente evocadas em uma sentença que o falante assume que seu ouvinte espera (ou não) ouvir*. O principal ganho teórico dessa postulação é permitir que se reconheça explicitamente a distinção entre, de um lado, conhecimento efetivo/concreto, associado ao que Lambrecht chama de *pressuposição de conhecimento*, e

⁶ Dito de outro modo, a diferença entre a proposição evocada por “O Anderson achou a carteira” (qual seja, a proposição O ANDERSON HAVIA PERDIDO A CARTEIRA) e a proposição evocada por “A Larissa bem comeu salada” (qual seja, a proposição A LARISSA NÃO COMEU SALADA) diz respeito ao grau de certeza epistêmica: no primeiro caso, estamos diante de uma informação que o (falante considera que) o interlocutor toma como certa; no segundo, estamos diante de uma informação que o (falante considera que) o interlocutor toma como provável.

suposição/expectativa, noção aqui abrangida pela categoria de *pressuposição de expectativa*. Ao reconhecer esse novo (sub)tipo de pressuposição, portanto, esperamos contribuir para esclarecer diferenças quem têm sido negligenciadas dentro da tradição da pressuposição pragmática.

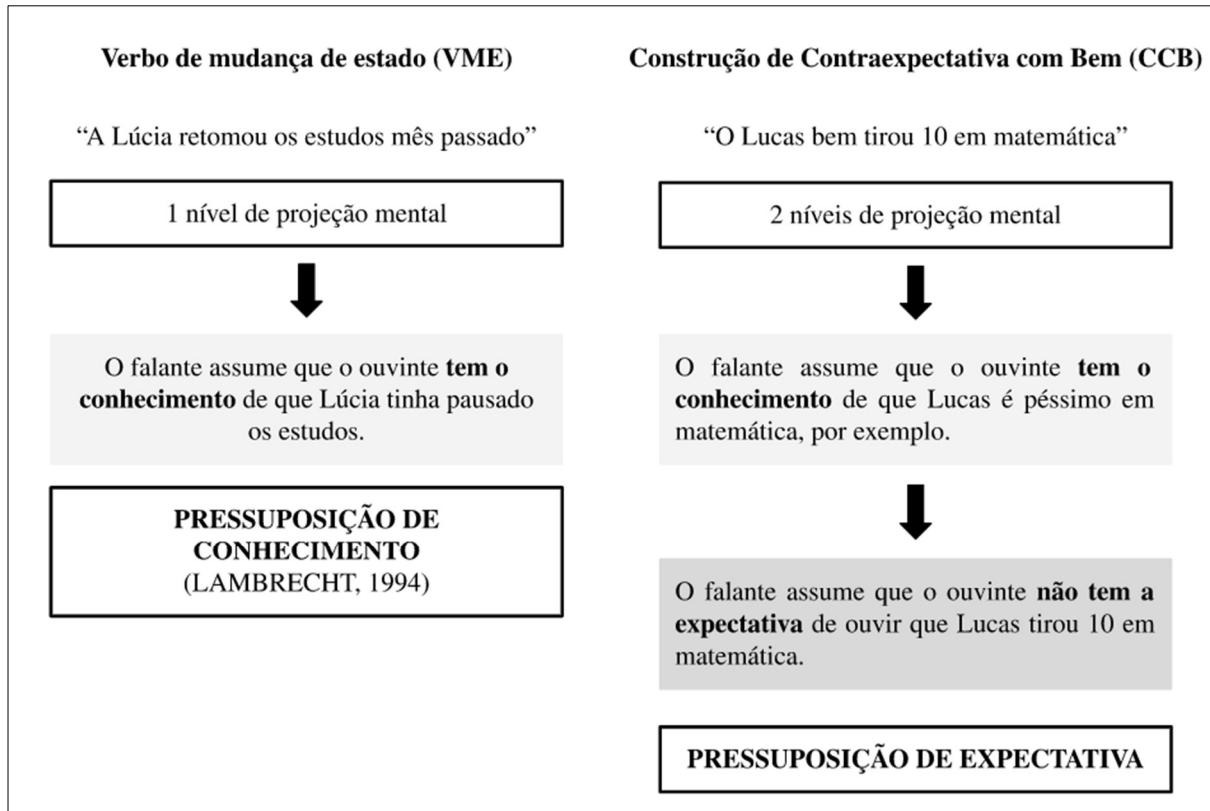
Neste ponto, gostaríamos de sugerir que uma diferença crucial entre esses dois tipos diz respeito aos *níveis de projeção mental* requeridos. Concretamente, propomos que, na pressuposição de *conhecimento*, há apenas um nível de projeção mental, ao passo que, na pressuposição de expectativa, há dois níveis.

A fim de ilustrar essa proposta, consideremos uma comparação entre o funcionamento dos VMEs (disparadores de pressuposição de conhecimento) e o da CCB (disparadora de pressuposição de expectativa)⁷. Começando pelos VMEs, o que estamos sugerindo é que o falante, ao dizer algo como “A Lúcia retomou os estudos mês passado” (utilizando, portanto, um verbo de mudança de estado), realiza apenas *um cálculo* em relação ao estado mental de seu interlocutor; especificamente, trata-se de assumir que esse interlocutor tem o conhecimento de que *Lúcia pausou os estudos em algum momento passado* (o que pode ser derivado, por exemplo, do seu conhecimento do fato de que foi o interlocutor que havia lhe dado essa informação originalmente ou do fato de que ele estava junto com o interlocutor quando ambos receberam essa informação, por exemplo).

Por outro lado, quando um construto da CCB é produzido, essa situação se altera: quando o falante diz “O Lucas bem tirou 10 em matemática”, por exemplo, ele opera não com um, mas com dois níveis de projeção mental: primeiro, assume algum conhecimento por parte do ouvinte acerca de Lucas (por exemplo, o de que Lucas é péssimo em matemática; ou ainda o de que Lucas não estudou para a prova); segundo, ele assume que o seu interlocutor, com base nesse conjunto de conhecimentos, não tem a expectativa de ouvir que Lucas tirou 10 em matemática (ou seja, se Lucas é péssimo em matemática, por exemplo, não seria esperado que ele tivesse 10 na prova). A figura abaixo ilustra nossa proposta quanto a essa diferença:

⁷ Aqui, optamos por usar a CCB como exemplo de pressuposição de expectativa, mas, assim como há outros disparadores de pressuposição de conhecimento além do VME, é concebível que haja outros disparadores de pressuposição de expectativa além da CCB.

Figura 1 - Níveis de projeção mental envolvidos nos dois tipos de pressuposição.



Fonte: Elaboração própria.

Em suma, sugerimos aqui que existe um tipo de pressuposição diferente daqueles já descritos por Lambrecht, aqui referido como *pressuposição de expectativa*, que envolve as assunções feitas pelo falante acerca do que o ouvinte *espera* (ou não), com base assunções acerca do que o ouvinte *sabe* (ou não).

Procedimentos metodológicos

Para verificar as hipóteses apresentadas, desenvolvemos um experimento off-line de paradigma escolha forçada, avaliando um grupo de pessoas com TEA e um grupo de pessoas neurotípicas. Uma vez que nosso objetivo era avaliar a compreensão de enunciados pressuposicionais, os estímulos críticos foram divididos em dois grupos: (i) estímulos que contêm o "bem" marcador de pressuposição negativa (instâncias da CCB) e (ii) estímulos que contêm verbos de mudança de estado (VME). Os exemplos abaixo oferecem uma amostra dos dois tipos de acionadores de pressuposição incluídos no teste.

- (6) O Marcelo bem comprou um carro.
- (7) A Clarice bem foi à igreja.
- (8) A Lúcia retomou os estudos mês passado.
- (9) O Diogo se tornou chefe do departamento.

O primeiro objetivo do experimento é verificar se, em uma comparação entre indivíduos com TEA e indivíduos neurotípicos, existe diferença na habilidade de identificar a informação pressuposta. Para isso, após ler cada sentença, os sujeitos deveriam responder a uma pergunta interpretativa, escolhendo uma dentre as três opções de respostas, identificadas como (A), (B) e (C).

Apesar de o conteúdo das alternativas mudar a depender da sentença à qual se referiam, sua estrutura era mantida: nas frases com a CCB, uma das duas primeiras alternativas ((A) ou (B)) sempre expressava uma *expectativa positiva* em relação ao conteúdo da sentença (por exemplo, considerando-se (6), a ideia de que já era esperado que Marcelo comprasse um carro), ao passo que a outra sempre descrevia uma *expectativa negativa* em relação ao conteúdo da sentença (a ideia de que não era esperado que Marcelo comprasse um carro). No caso das frases com VME, uma das duas primeiras alternativas ((A) ou (B)) sempre expressava um *conhecimento* em relação ao conteúdo pressuposto (por exemplo, considerando-se (8), a ideia de que o interlocutor já sabia que a Lúcia tinha pausado os estudos), ao passo que a outra sempre descrevia um *desconhecimento* em relação ao conteúdo pressuposto (a ideia de que o interlocutor não sabia que a Lúcia tinha pausado os estudos). A alternativa (C), em ambos os casos, indicava a impossibilidade de escolher entre (A) e (B).

Desse modo, a variável dependente do estudo é a quantidade de vezes em que cada alternativa é escolhida pelo participante, ao passo que as nossas variáveis independentes são: (i) o tipo de disparador de pressuposição presente nos estímulos (CCB ou VME) e (ii) o tipo de participante (TEA ou neurotípicos). Todos os estímulos foram organizados em ordem pseudoaleatória, de modo que os estímulos críticos do mesmo grupo não fossem exibidos consecutivamente.

Materiais, procedimentos e composição dos estímulos

O experimento, criado na plataforma *SurveyMonkey*, foi composto por 12 estímulos críticos e 24 estímulos distratores, em formato de vídeo e com legendas. Após assistir a cada vídeo uma única vez, o participante deveria selecionar uma dentre as três alternativas relativas à sentença que havia acabado de ler e ouvir. Apesar de a exposição à sentença ter duração limitada (já que os vídeos que apresentavam os estímulos duravam de 3 a 5 segundos), os participantes tinham o tempo que julgassem necessário para selecionar as alternativas.

O experimento foi realizado remotamente, por meio da plataforma *Google Meet*. As instruções para o teste foram dadas oralmente para cada voluntário, em chamada de vídeo. Em relação à dinâmica adotada, em um primeiro momento, os sujeitos julgavam duas

sentenças de treinamento, para, em seguida, serem expostos aos demais estímulos (críticos e distratores).

Antes de dar início à tarefa, pedimos a cada participante que imaginasse uma situação hipotética específica, a fim de construir um contexto pragmático para as frases a que seriam expostos. Nessa situação imaginária, o participante entra em uma sala onde conversam duas pessoas (que ele não conhece) e, na sequência, ouve uma delas dizer uma frase para a outra. Depois de cada frase, a tarefa do participante era responder a uma pergunta interpretativa (apresentada apenas em formato escrito) sobre a sentença que havia acabado de ler e ouvir. Nesse contexto, o participante atua como observador desse diálogo e deve inferir que “cálculo” teria sido feito pelo falante da cena apresentada em relação ao estado mental do seu interlocutor ao proferir determinada sentença. Vejamos o exemplo abaixo:

Quadro 1 – Estímulo crítico apresentado no experimento.

O Carlos passou a frequentar a academia essa semana.

Na sua opinião:

A) A menina não sabia que o Carlos não frequentava a academia.
B) A menina já sabia que o Carlos não frequentava a academia.
C) Não é possível afirmar A ou B.

Fonte: Elaboração própria.

No quadro acima, há um recorte retirado do experimento. À esquerda, há uma captura de tela de uma cena vista pelos participantes, contendo dois personagens – o falante, à esquerda, e o ouvinte, à direita. Do lado direito do quadro, há uma das frases ditas por esse falante, seguida das alternativas. O participante, portanto, observa a cena, em que o homem diz a seguinte frase para a mulher: “O Carlos passou a frequentar a academia essa semana”. Concretamente, o papel do sujeito é inferir que, ao proferir essa sentença, o homem pressupõe que a mulher sabe que o Carlos não frequentava a academia. Portanto, nesse caso, espera-se que a alternativa selecionada seja a (B), uma vez que, se o homem conta para a mulher que Carlos passou a frequentar a academia, é porque ele pressupõe que ela já sabia que Carlos ainda não tinha esse hábito.

As alternativas (A) e (B) foram contrabalanceadas e formuladas de maneira a expressar, sobre cada enunciado lido/ouvido: i) evocação de pressuposto positivo (alternativa (B) do exemplo acima); ii) evocação de pressuposto negativo (alternativa (A) do exemplo) ou iii) indefinição (alternativa (C)). Como buscamos capturar o cálculo mental feito pelo *falante*

(da cena fictícia) acerca do estado mental do seu *ouvinte*, as alternativas foram formuladas de maneira a expressar uma *expectativa* ou um *conhecimento* por parte do *interlocutor*.

Participantes

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRJ, pela Plataforma Brasil, em julho de 2021 e aprovada em setembro do mesmo ano. O número de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) é 49212821.7.0000.5286.

Houve dois grupos de participantes: um formado por autistas em Nível 1 de suporte (grupo TEA) e um grupo controle, com neurotípicos (grupo NT). No total, o experimento contou com 64 sujeitos, 32 de cada grupo. Em relação ao perfil dos sujeitos, selecionamos indivíduos adultos, a partir de 18 anos e com ensino médio completo. A faixa etária dos participantes do grupo NT foi de 18 a 25 anos, ao passo que, no grupo TEA, foi de 18 a 59 anos. Todos os participantes eram falantes nativos do PB.

Apesar da dificuldade em reunir um grupo linguisticamente homogêneo, houve a preocupação em nivelar em alguma medida os participantes com base em seu diagnóstico. Especificamente, participaram do experimento apenas pessoas que se autodeclaravam diagnosticadas com TEA em Nível 1 de suporte pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) – isto é, aqueles que apresentam, na ausência de algum apoio, prejuízos notáveis na comunicação social, dificuldades ou interesse reduzido para iniciar interações e respostas atípicas a iniciativas de interação de terceiros. Dessa forma, os autistas Nível 1 são considerados aqueles com menor déficit de interação e comportamento, motivo pelo qual apenas participantes que se encaixavam nesse perfil foram recrutados para a pesquisa.

Previsões experimentais e análise estatística

Com o objetivo de verificar se há relação significativa entre a variável resposta e as variáveis independentes, recorremos a um modelo de regressão logística binomial.

Nas sentenças VME, o rótulo "correto" foi atribuído às escolhas com evocação de pressuposto positivo, e "incorrecto" às opções por evocação de pressuposto negativo e às escolhas pela alternativa (C). Nas sentenças CCB, a lógica foi invertida: "correto" para evocação de pressuposto negativo e "incorrecto" para evocação de pressuposto positivo e para as escolhas por (C).

Para o cálculo, utilizamos o software *RStudio*, versão 2022.02.3. As variáveis preditoras foram “grupo” (neste caso, com níveis TEA e NT) e “disparador” (com níveis CCB e VME), e a variável resposta foi o tipo de pressuposto evocado, com níveis “correto” e “incorrecto” – o nível de referência, neste caso, foi o “correto”.

Considerando as duas hipóteses teóricas que buscamos verificar, temos as seguintes previsões experimentais: (i) para a primeira, a previsão de que a razão de chances associada às respostas do tipo “incorrecto” será maior no grupo TEA do que no grupo NT; e (ii) para a segunda, a previsão de que a razão de chances associada às respostas categorizadas como “incorrecto” será maior para o disparador CCB do que para o VME.

Resultados e discussão

Vejamos, primeiramente, um panorama geral dos valores percentuais de cada resposta, por grupo e tipo de disparador:

Tabela 1 – Porcentagem final das respostas dadas pelos participantes.

	VME			CCB		
	NT	TEA	TOTAL	NT	TEA	TOTAL
CORRETO	86 (44,8%)	59 (30,7%)	145 (37,8%)	111 (57,8%)	44 (22,9%)	155 (40,3%)
INCORRETO	62 (32,3%)	47 (24,5%)	109 (28,4%)	29 (15,1%)	35 (18,2%)	64 (16,7%)
INDEFINIÇÃO	44 (22,9%)	86 (44,8%)	130 (33,8%)	52 (27,1%)	113 (58,9%)	165 (43%)
TOTAL	192 (100%)	192 (100%)	384	192 (100%)	192 (100%)	384

Fonte: Elaboração própria.

A tabela acima nos mostra que os participantes do grupo NT deram mais respostas corretas, para ambos os tipos de disparadores, do que os participantes do grupo TEA. Nas questões relacionadas ao VME, o grupo NT acertou 44,8% das perguntas, ao passo que o grupo TEA acertou apenas 30,7%. Em relação à CCB, o grupo NT acertou 57,8% das perguntas e o grupo TEA, 22,9%.

Curiosamente, esse resultado não aparece perfeitamente espelhado quando se observam as respostas incorretas: enquanto para a CCB a tendência se inverte (18,2% de escolhas erradas para TEA contra 15,1% para NT), conforme esperado, para o VME a proporção de erros é, talvez surpreendentemente, um pouco maior para NT, em comparação com TEA (respectivamente, 32,3% contra 24,5%).

Isso parece se explicar pelos resultados referentes à alternativa (C) (indefinição). Aqui, para os dois disparadores empregados nos estímulos, há muito mais seleções por parte do grupo TEA do que por parte do grupo NT: 44,8% contra 22,9% para o VME e 58,9% contra

27,1% para a CCB. Isto é, o menor índice de respostas erradas nos estímulos com VME no grupo TEA não se deve a uma maior quantidade de respostas certas nesse grupo, e sim a uma proporção sensivelmente mais elevada de seleções da alternativa (C).

Por outro lado, quando contrastamos os dados totais do VME e da CCB, nota-se, diferentemente do que havíamos previsto, que os participantes atribuíram mais respostas incorretas para o primeiro do que para o segundo (28,4% de escolhas erradas para o VME contra 16,7% para a CCB) – tendência que se encontra também quando olhamos para os resultados individuais de cada grupo (os grupos NT e TEA deram, respectivamente, 32,3% e 24,5% de respostas incorretas para o VME, e apenas 15,1% e 18,2% de respostas incorretas para a CCB).

Em relação às respostas corretas, os dados são um pouco menos claros. Se considerarmos todas as respostas para cada disparador (independente do grupo), temos valores extremamente próximos: 37,8% de escolhas certas para o VME e 40,3% para a CCB. Se considerarmos cada grupo separadamente, porém, vemos que essa proximidade se deve a dois cenários distintos. No caso do TEA, os acertos se dão na direção prevista: 30,7% de escolhas corretas para os estímulos VME e 22,9% para os enunciados com a CCB. No caso do NT, porém, isso se inverte: observam-se 44,8% de escolhas corretas para VME contra 57,8% de escolhas corretas para CCB.

Por fim, nota-se que houve mais seleções da alternativa (C) para a CCB do que para o VME (43% contra 33,8%), mas um dado que aponta na direção prevista. É interessante notar que, aqui, o comportamento de cada grupo segue esse padrão: para o VME, as indicações de indefinição foram 22,9% das marcações do grupo NT e 44,8% das marcações do grupo TEA; em relação à CCB, as respostas com indicação de indefinição foram 27,1% das marcações do grupo NT e 58,9% das marcações do grupo TEA.

Essa primeira aproximação dos dados fornece um panorama bastante útil. De modo geral, ele sugere que (i) pessoas com TEA têm de fato mais dificuldade do que indivíduos neurotípicos em compreender pressuposições (como indicado pela maior proporção de respostas erradas e de respostas do tipo “indefinição” para ambos os disparadores) e que (ii) as evidências referentes à existência de uma diferença no grau de complexidade na interpretação de cada tipo de disparador parecem ainda pouco claras, com dados distintos apontando para direções opostas.

Esse tipo de análise, de todo modo, não permite avaliar se quaisquer eventuais diferenças numéricas são estatisticamente significativas. Por isso, ela serve apenas para uma exploração inicial dos dados. Assim, a fim de avaliar se as diferenças evidenciadas na tabela acima não são acidentais, rodamos um modelo de regressão.

Tabela 2 – Resultados do cálculo estatístico pelo modelo de regressão binomial.

<i>Predictors</i>	correto		
	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>p</i>
(Intercept)	1.37	1.03 – 1.83	0.031
grupo [TEA]	0.22	0.14 – 0.34	<0.001
disparador [ME]	0.59	0.39 – 0.89	0.011
grupo [TEA] * disparador [ME]	2.52	1.37 – 4.64	0.003
Observations	768		
R ² Tjur	0.075		

Fonte: Elaboração própria.

O modelo mostra que o fator grupo exerce influência significativa sobre a probabilidade de acerto; especificamente, observa-se que indivíduos com TEA apresentam uma chance reduzida de identificar corretamente a pressuposição, em relação ao intercepto (que representa os participantes NT expostos a estímulos do tipo CCB). Surpreendentemente, observa-se ainda que o disparador VME também está associado a uma redução na probabilidade de acerto (0.59). Por fim, há interação significativa entre grupo e disparador, corroborando a ideia de que o desempenho de indivíduos com TEA varia conforme o tipo de disparador: eles têm um índice de acerto maior na condição VME em comparação à condição CCB. Vale mencionar, além disso, que todos os resultados reportados na tabela são significativos, tendo em vista o p-valor inferior a 0.05 em todas as linhas.

Em síntese, os achados parecem confirmar que: (i) indivíduos com TEA enfrentam maiores dificuldades na interpretação de enunciados pressuposicionais, em comparação com indivíduos neurotípicos, o que é compatível com o que se sabe em relação a possíveis limitações referentes à Teoria da Mente; e (ii) pessoas com TEA apresentam mais dificuldade em compreender pressuposições baseadas em expectativa (CCB) do que em conhecimento (VME). Isso não apenas reforça a importância teórica de distinguir entre esses dois tipos de pressuposições, como também aponta para um parâmetro adicional que pode ajudar a entender as competências comunicativas de pessoas com TEA.

No entanto, a segunda previsão experimental – de que o disparador VME aumentaria significativamente as chances de melhor desempenho em relação ao disparador CCB – não foi confirmada. Apesar disso, a hipótese de que existiria um tipo de pressuposição não contemplado pela tipologia de Lambrecht (1994) não foi refutada, uma vez que os dados de

fato mostram uma diferença significativa nas respostas dadas para os dois tipos de disparadores, embora em sentido contrário ao previsto inicialmente.

Neste ponto, porém, é importante fazer uma autocrítica: é possível que os resultados referentes à nossa segunda hipótese tenham sido afetados pela presença, no experimento, de uma variável de confusão. Especificamente, nós constatamos, em análise posterior ao ajuste dos modelos, que algumas das alternativas ligadas aos estímulos associados à variável VME – mas nenhuma das ligadas aos estímulos associados à CCB – incluíam uma estrutura de *dupla negação*. Ou seja, a presença ou ausência de dupla negação nas alternativas acabou por se constituir, inadvertidamente, como uma variável não controlada no experimento.

Há, no total, seis sentenças do tipo VME no experimento. No entanto, como se pode ver no quadro 2, quatro delas contêm uma estrutura de dupla negação em uma das alternativas a serem selecionadas pelo participante ((A) ou (B), a depender do caso, já que todas as alternativas foram contrabalanceadas). Por exemplo, em “O Thiago virou professor de português”, há uma alternativa (A) que indica evocação de pressuposto positivo (“A menina à esquerda já sabia que o Thiago não era professor de português”) e outra (B) que indica evocação de pressuposto negativo (“A menina à esquerda não sabia que o Thiago não era professor de português”). A alternativa (B), nesse caso, contém uma estrutura de dupla negação, o que ocorre em outras três das seis sentenças do tipo VME presentes no experimento. O mesmo ocorre em “O Carlos passou a frequentar a academia essa semana”: a alternativa (A) (“A menina não sabia que o Carlos não frequentava a academia”) expressa pressuposto negativo, ao passo que a alternativa (B) (“A menina já sabia que o Carlos não frequentava a academia”) expressa pressuposto positivo. Ainda, de modo análogo, em “A Clara ficou noiva ano passado”, há uma alternativa (A) que expressa pressuposto negativo (“A menina à direita não sabia que a Clara não estava noiva”) e outra (B) que expressa pressuposto positivo (“A menina à direita já sabia que a Clara não estava noiva”). E por fim, a última frase em que isso acontece é “O Diogo se tornou chefe do departamento”, para a qual há uma alternativa (A) que indica pressuposto negativo (“A menina à esquerda não sabia que o Diogo não era chefe do departamento”) e outra (B) que envolve pressuposto positivo (“A menina à esquerda já sabia que o Diogo não era chefe do departamento”).

Comparemos esses casos com as demais frases do tipo VME, “O Ronaldo parou de fumar” e “A Lúcia retomou os estudos mês passado”, cujas alternativas não apresentam estruturas de dupla negação. No caso de “O Ronaldo parou de fumar”, por exemplo, há, novamente, uma alternativa (A) que revela evocação de pressuposto positivo (“A menina já sabia que o Ronaldo fumava”) e outra (B) que revela evocação de pressuposto negativo (“A menina não sabia que o Ronaldo fumava”). Do mesmo modo, em “A Lúcia retomou os estudos mês passado”, a alternativa (A) indica evocação de pressuposto positivo (“A menina já sabia que a Lúcia estudava”), enquanto a alternativa (B) indica evocação de pressuposto negativo

(“A menina não sabia que a Lúcia estudava”). Nesses últimos exemplos, a alternativa (B), diferentemente dos quatro casos apresentados acima, não exibe estrutura de dupla negação.

O quadro abaixo reúne todos os estímulos referentes à condição VME, separando-os em função da presença ou ausência de dupla negação em uma das alternativas:

Quadro 2 – Sentenças VME com e sem dupla negação nas alternativas.

COM DUPLA NEGAÇÃO	
O Thiago virou professor de português. Na sua opinião: A) A menina à esquerda já sabia que o Thiago não era professor de português. B) A menina à esquerda não sabia que o Thiago não era professor de português. C) Não é possível afirmar A ou B.	O Carlos passou a frequentar a academia essa semana. Na sua opinião: A) A menina não sabia que o Carlos não frequentava a academia. B) A menina já sabia que o Carlos não frequentava a academia. C) Não é possível afirmar A ou B.
A Clara ficou noiva ano passado. Na sua opinião: A) A menina à direita não sabia que a Clara não estava noiva. B) A menina à direita já sabia que a Clara não estava noiva. C) Não é possível afirmar A ou B.	O Diogo se tornou chefe do departamento. Na sua opinião: A) A menina à esquerda não sabia que o Diogo não era chefe do departamento. B) A menina à esquerda já sabia que o Diogo não era chefe do departamento. C) Não é possível afirmar A ou B.
SEM DUPLA NEGAÇÃO	
O Ronaldo parou de fumar. Na sua opinião: A) A menina já sabia que o Ronaldo fumava. B) A menina não sabia que o Ronaldo fumava. C) Não é possível afirmar A ou B.	A Lúcia retomou os estudos mês passado. Na sua opinião: A) A menina já sabia que a Lúcia estudava. B) A menina não sabia que a Lúcia estudava. C) Não é possível afirmar A ou B.

Fonte: Elaboração própria.

Ocorre, no entanto, que há evidências na literatura de que a dupla negação demanda maior empenho cognitivo, em comparação com sentenças simples, isto é, sem dupla negação (Sun, 2011; de-Dios-Flores, 2019). Diante disso, é possível especular que o fato de a maioria das alternativas do grupo VME – e, o que é muito importante, *nenhuma* das alternativas do grupo CCB – contarem com esse tipo de estrutura mais complexa pode ter levado alguns participantes a marcarem a alternativa considerada incorreta. Afinal, as estruturas de dupla

negação ocorrem – no conjunto de estímulos com o VME – com frequência duas vezes maior que as estruturas sem dupla negação. Isso nos permite hipotetizar, então, que a sintaxe utilizada nos quatro primeiros casos teria dificultado a compreensão das alternativas para os participantes.

Com efeito, e interessantemente, uma análise mais concreta das respostas dadas aos estímulos do tipo VME sugere que essa especulação não é sem fundamento:

Tabela 1 – Respostas VME com e sem dupla negação.

	COM DUPLA NEGAÇÃO			SEM DUPLA NEGAÇÃO		
	NT	TEA	TOTAL	NT	TEA	TOTAL
CORRETO	44 (34,4%)	25 (19,5%)	69 (27%)	42 (65,6%)	34 (53,1%)	76 (59,4%)
INCORRETO	47 (36,7%)	41 (32%)	88 (34,4%)	14 (21,9%)	6 (9,4%)	20 (15,6%)
INDEFINIDO	36 (28,1%)	62 (48,4%)	98 (38,3%)	8 (12,5%)	24 (31,5%)	32 (25%)

Fonte: Elaboração própria.

A tabela acima nos revela uma diferença considerável entre as respostas dadas para os dois tipos de estrutura: há maior índice de respostas definidas como “correto” para as alternativas sem dupla negação. No grupo TEA, houve apenas 6 opções incorretas para as alternativas sem dupla negação, ao passo que o “correto” foi marcado 34 vezes. O mesmo ocorre no grupo NT: para as alternativas sem a estrutura de dupla negação, a opção correta foi marcada 43 vezes, ao passo que a incorreta foi marcada apenas 14 vezes. No total, a porcentagem de erros para as alternativas com dupla negação foi de 34,4% e, para as sem dupla negação, apenas 15,6%. Inversamente, a porcentagem de acertos para as alternativas com dupla negação foi de apenas 27%, ao passo que, para as estruturas sem dupla negação, esse número foi de 59,4% – ou seja, as alternativas sem dupla negação obtiveram mais que o dobro de acertos que as alternativas com dupla negação. Por fim, as estruturas com dupla negação receberam 38,3% das indefinições, ao passo que a porcentagem de indefinição para as alternativas sem dupla negação foi de apenas 25% – o que indica que os participantes

demonstravam mais dúvidas em relação a qual alternativa selecionar quando havia uma alternativa contendo estrutura de dupla negação⁸.

Com efeito, e crucialmente, um teste de qui-quadrado de homogeneidade confirma que essas diferenças são estatisticamente significativas (p -valor < 0.001):

Tabela 2 – Resultados do qui-quadrado para as respostas com e sem dupla negação.

	COM DUPLA NEGAÇÃO	SEM DUPLA NEGAÇÃO	TOTAL DAS LINHAS
CORRETO	69 (96.54) [7.86]	76 (48.46) [15.65]	145
INCORRETO	88 (71.91) [3.60]	20(36.09) [7.18]	108
INDEFINIDO	98 (86.55) [1.51]	32 (43.45) [3.02]	130
TOTAL DAS COLUNAS	255	128	-

P-VALOR < 0.001

Fonte: Elaboração própria.

Esses números sugerem fortemente que a desconfiança inicial acerca das estruturas de dupla negação não era infundada – de fato, há diferença significativa entre as respostas conferidas a cada uma dessas condições. Considerando isso, especulamos que a presença desse tipo de estrutura, cujo processamento é reconhecidamente mais custoso em comparação ao processamento de estruturas com negação simples (Sun, 2011; de-Dios-Flores, 2019), tenha afetado as respostas dadas pelos participantes do experimento⁹.

⁸ Vale notar que esse padrão se verifica tanto para o grupo TEA quanto para o grupo formado por pessoas neurotípicas, como se pode ver na tabela 3. No grupo NT, a alternativa definida como “incorrecto” foi selecionada 47 vezes na condição “com dupla negação”, ao passo que, na condição “sem dupla negação”, essa alternativa foi selecionada apenas 14 vezes. No grupo TEA, a tendência se repete: na condição “com dupla negação”, a alternativa incorreta foi selecionada 41 vezes, ao passo que, nos casos sem dupla negação, houve a seleção de apenas 6 alternativas definidas como incorretas.

⁹ Um ponto relacionado foi levantado pela professora Renata Mousinho, durante um debate do XXVII Seminário de Pesquisas Linguísticas em Andamento do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ. A professora sugeriu que, além das estruturas de dupla negação, é possível que a presença de alternativas com o padrão “X já sabia que Y não (...)” tenha sido mais um dificultador de interpretação – ainda mais se considerarmos que isso só foi verificado nas alternativas dos enunciados com VME (e não nos enunciados com a CCB). Embora não tenha sido encontrado nenhum estudo que trate especificamente do processamento desse tipo de frase, acreditamos que a hipótese é plausível, dado que o próprio “já” funciona como disparador de pressuposição.

Essas considerações, portanto, apontam para a possibilidade nada desprezível de que estejamos diante de um falso negativo. Em outras palavras, é possível que a nossa segunda previsão não tenha sido confirmada em função da presença indevida de uma variável de confusão (e não em função da ausência de diferenças relativas ao processamento das pressuposições de conhecimento e de expectativa). Para avaliar essa possibilidade, é necessário que um novo experimento seja desenvolvido de modo tal que a variável “estrutura com dupla negação” não possa interferir indevidamente, e inadvertidamente, no resultado.

Considerações finais

Partindo de uma perspectiva funcional-cognitiva, este estudo buscou atestar duas hipóteses: (i) a de que pessoas com TEA apresentam mais dificuldades de interpretar enunciados pressuposicionais do que pessoas neurotípicas; e (ii) a de que existe um tipo de pressuposição, chamado aqui de *pressuposição de expectativa*, diferente de todos os outros já reconhecidos, ainda não abarcado por Lambrecht (1994).

Para respondê-las, foi realizado um experimento de paradigma de escolha forçada, com participantes autistas e neurotípicos, envolvendo dois tipos de disparadores de pressuposição: CCB e VME. Os resultados mostraram que o grupo NT se saiu significativamente melhor do que o grupo TEA na tarefa de compreender os dois tipos de sentenças pressuposicionais – o que converge com o que a literatura prévia já havia constatado, sugerindo que indivíduos com TEA também apresentam problemas para lidar com o fenômeno pragmático da pressuposição. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa ajudam a fortalecer o quadro geral já delineado na literatura sobre TEA e linguagem, especificamente demonstrando que os significados implícitos pressuposicionais também parecem causar dificuldades para indivíduos autistas. Por outro lado, verificamos que os enunciados com VME foram mais difíceis de interpretar, por ambos os grupos, do que a CCB. O segundo resultado, embora vá de encontro à segunda previsão experimental, ainda nos permite defender hipótese acerca da existência da pressuposição de expectativa, uma vez que se verificou diferença significativa de respostas dadas entre os dois tipos de disparadores.

Em síntese, esta pesquisa, além de se propor a oferecer uma contribuição teórica para a literatura em EI, buscou ampliar o quadro acerca das habilidades comunicativas de pessoas autistas – especificamente de pessoas adultas com TEA, que têm sido, de certa forma, negligenciadas dentro desse campo, já que a grande maioria dos estudos empíricos sobre o autismo focaliza a compreensão de fenômenos linguísticos por crianças e adolescentes.

Referências

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- AN, S.; BILL, C.; YANG, Q. Comprehension of the presupposition trigger Ye “Also” by mandarin-speaking preschoolers with and without autism spectrum disorders. **Frontiers in Psychology**, v. 11, p. 570453, 2020.
- BAGETTI, T.; SANTOS, G.; GOUVEA, G.; LIMA, Renato Sampaio. Linguistic profile of children with language and speech disorders and family participation in the therapeutic process: an integrative literature review. **Revista CEFAC**, v. 25, n. 3, 2023.
- BARON-COHEN, S.; LESLIE, A. M.; FRITH, U. Does the autistic child have a “theory of mind”? **Cognition**, v. 21, n. 1, p. 37-46, 1985.
- BARON-COHEN, S. The autistic child's theory of mind: A case of specific developmental delay. **Journal of child Psychology and Psychiatry**, v. 30, n. 2, p. 285-297, 1989.
- CHEUNG, C. et al. Comprehension of presuppositions in school-age Cantonese-speaking children with and without autism spectrum disorders. **Clinical Linguistics & Phonetics**, v. 31, n. 7-9, p. 557-572, 2017.
- CHEUNG, C. et al. Comprehension of presupposition triggers in Cantonese-speaking children with and without autism spectrum disorders. **Clinical Linguistics & Phonetics**, v. 34, n. 4, p. 388-406, 2020.
- DE-DIOS-FLORES, I. Processing sentences with multiple negations: Grammatical structures that are perceived as unacceptable. **Frontiers in Psychology**, v. 10, p. 2346, 2019.
- DUARTE, L. M.; RIBEIRO, V. E. de L.; NAZARÉ, W. O. A influência do diagnóstico tardio no desenvolvimento em adultos com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 11, p. e6555-e6555, 2024.
- GOLD, R.; FAUST, M.; GOLDSTEIN, A. Semantic integration during metaphor comprehension in Asperger syndrome. **Brain and Language**, v. 113, n. 3, p. 124-134, 2010.
- HAPPÉ, F. **Autism**: An introduction to psychological theory. Psychology Press, 2005.
- JONES, C. et al. The association between theory of mind, executive function, and the symptoms of autism spectrum disorder. **Autism research**, v. 11, n. 1, p. 95-109, 2018.
- LAMBRECHT, K. **Informational structure and sentence form**: topic, focus and the mental representation of referents. Cambridge: University Press, 1994.
- MACKAY, G.; SHAW, Adrienne. A comparative study of figurative language in children with autistic spectrum disorders. **Child Language Teaching and Therapy**, v. 20, n. 1, p. 13-32, 2004.
- MOUSINHO, R. **Aspectos lingüístico-cognitivos da Síndrome de Asperger**: projeção, mesclagem e mudança de enquadre. Rio de Janeiro: Departamento de Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

NALIN, L. M. et al. Impacts of late diagnosis of autism spectrum disorder in adults. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, p. 17-26, 2022.

PINHEIRO, Diogo; SOUSA, Clara; PORTELA, Brendha. Idiomaticidade em Gramática de Construções: a construção de contraexpectativa com “bem” sob uma análise semântico-pragmática. **Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, n. 66, p. 171-192, 2024.

RUNDBLAD, G.; ANNAZ, D. The atypical development of metaphor and metonymy comprehension in children with autism. **Autism**, v. 14, n. 1, p. 29-46, 2010.

SANTOS, L. H. et al. O Impacto do diagnóstico tardio de TEA em adultos: desafios clínicos e implicações para o tratamento. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 9, p. 3260-3269, 2024.

SCALCON, A. Z.; CORDEIRO, M.; MARCOLINO-GALLI, J. Transtorno do Espectro Autista: relato de mulheres que vivenciaram um diagnóstico tardio. **Distúrbios da Comunicação**, v. 36, n. 3, p. e67520-e67520, 2024.

SERBAI, F.; PRIOTTO, E. M. T. P. Autismo na adolescência uma revisão integrativa da literatura. **Educação em Revista**, v. 37, p. e26472, 2021.

SUN, F. A Constructive Study of English and Chinese Double Negation. **Theory and Practice in Language Studies**, v. 1, n. 10, p. 1442-1445, 2011.

Sobre os autores

Brendha Portela

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0778-5851>

É mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ (bolsista CAPES) e integrante do Laboratório de Linguística Cognitiva (LinC). Desde 2017, pesquisa na área de Gramática de Construções. Especificamente, investiga a compreensão e a produção de construções de intersubjetividade por autistas adultos falantes nativos de português brasileiro.

Diogo Pinheiro

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2403-5040>

É Professor Associado da UFRJ e um dos líderes do Grupo LinC (Laboratório de Linguística Cognitiva), certificado pelo CNPq. Com atuação nos campos da Gramática de Construções e da Linguística Cognitiva, desenvolve pesquisa quantitativa (experimental e baseada-em-corpus) sobre a relação entre gramática e intersubjetividade.

Priscila Starosky

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0147-5916>

É Professora Adjunta do Departamento de Formação Específica em Fonoaudiologia da Universidade Federal Fluminense (Instituto de Saúde de Nova Friburgo, RJ). Desenvolve pesquisas na área da Linguística Aplicada à Fonoaudiologia, dos estudos Socioculturais em interação e da Fonoaudiologia Bilíngue para Surdos.

Tatiana Bagetti

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0307-0958>

É Professora Adjunta do curso de Fonoaudiologia, do Departamento de Formação Específica em Fonoaudiologia (FEF) da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de aquisição e

processamento da linguagem, transtornos do desenvolvimento da Linguagem (TDL), transtornos fonológicos e dificuldades e transtornos de aprendizagem.

Recebido em abr. de 2025.

Aprovado em out. de 2025.